

AGENDA DE GOVERNO

Governo Federal conta com apoio dos partidos da base aliada para aprovar projetos que permitirão a liberação de R\$ 67,2 bilhões para executar o plano

Cardoso, Fernando Henrique

FHC quer manter CPMF para investir no social

Da Redação
Com Agência Folha

De olho nas próximas eleições — quando serão escolhidos o futuro presidente da República, os novos governadores, senadores e deputados —, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou ontem à noite a Agenda de Governo: Biênio 2001-2002. Espinha dorsal da estratégia do Planalto para marcar a segunda metade do mandato de FHC com programas sociais e desenvolvimento, o plano prevê investimentos de R\$ 67,2 bilhões.

O documento foi entregue pessoalmente por FHC ao senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), presidente do partido, em encontro ontem à noite no Palácio do Planalto. Os outros quatro partidos da base política receberam o plano do secretário-geral da Presidência da República, ministro Aloysio Nunes Ferreira. Agora, Fernando Henrique espera que seus aliados consigam aprovar no Congresso os recursos necessários para executá-lo.

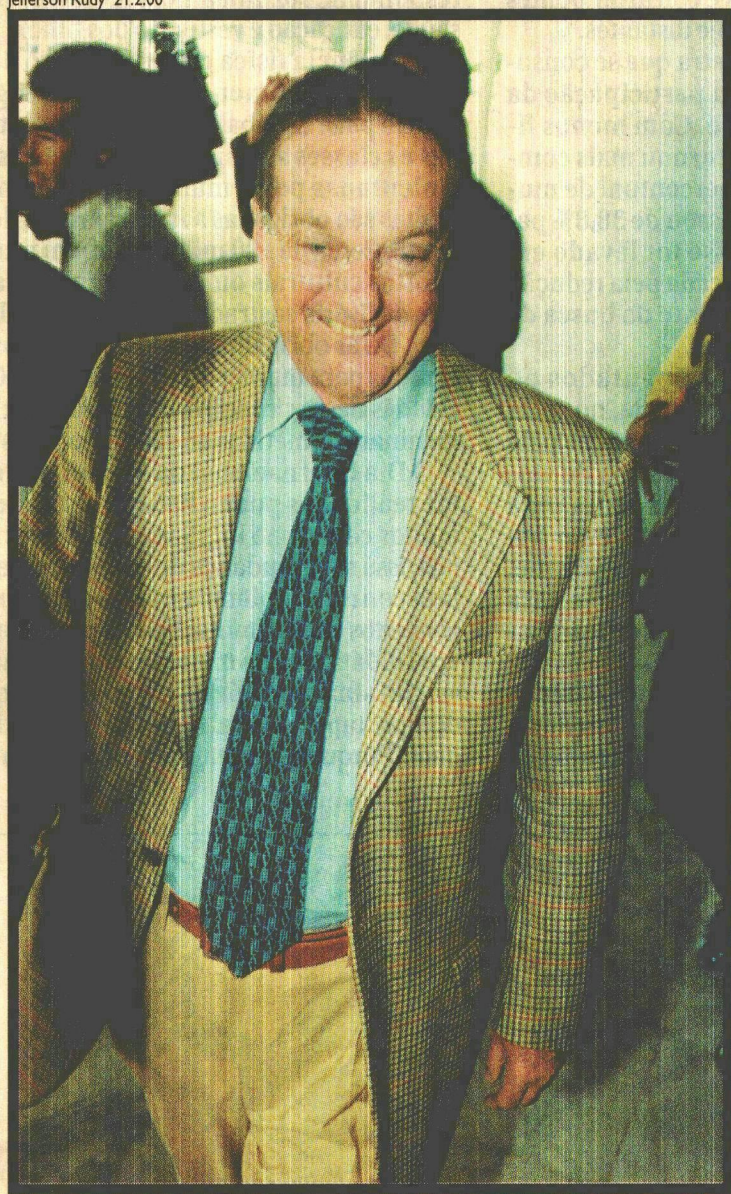
“A agenda não é ficção. Possui projetos orçados, realistas e importantes para o país, que tem, pela primeira vez, um horizonte de crescimento econômico para os próximos dez anos”, disse Aloysio. Para executá-la, o Planalto conta com a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) ou a sua substituição por outro mecanismo. Por intermédio do imposto do cheque, como também é conhecida a CPMF, FHC espera contar com R\$ 8 bilhões nesta reta final de mandato.

Mas para dispor dos recursos, o presidente depende de sua base aliada. Afinal, a previsão é de que a CPMF seja extinta em julho de 2002. Por isso, Fernando Henrique quer que os aliados definam, ainda neste semestre, se prorrogam por mais tempo ou substituem o imposto do cheque. Sem isso, a Agenda de Governo poderá ficar comprometida.

Para executar o plano plenamente, FHC também quer negociar a limitação do poder das MPs (medidas provisórias), com a derubada do artigo 246 da Constituição. Esse artigo proíbe que sejam editadas MPs a respeito de matérias que tenham sido objeto de reforma constitucional. Ele pretende ainda dar autonomia operacional do Banco Central com mandato fixo para a diretoria.

Outro ponto incluído pelo go-

Jefferson Rudy 21.2.00



BORNHAUSEN DEIXA O PLANALTO DEPOIS DE RECEBER A AGENDA DE GOVERNO

verno na discussão é a cobrança previdenciária dos servidores inativos. Embora a proposta já tenha sido derrubada quatro vezes no Congresso e rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Fernando Henrique insiste no desconto. Aliado do Planalto, o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), não vê ambiente para a proposta ser aprovada. Há resistência também no PMDB e no PFL.

O governo também prevê um crescimento de 4,5% ao ano entre 2001 e 2002, fechando os dez anos iniciados em 93 com uma taxa de crescimento de mais de 40%. No documento, a reforma tributária ficou reduzida a uma emenda constitucional que propõe a unificação da legislação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) dos 27 estados.

Os programas sociais e de desenvolvimento já existem. O que o governo fez foi decidir quais

passarão a ser priorizados. A única “novidade” é o Bolsa-Alimentação — proposta de renda mínima para famílias com crianças de até seis anos de idade, gestantes e mães sob risco de desnutrição que estejam amamentando. O programa substitui o de distribuição de cestas básicas que o governo extinguiu no ano passado.

Esse programa ficará a cargo do Ministério da Saúde, pasta que, ao lado da Educação, foi priorizada para investimentos. O ministro da Saúde é o tucano José Serra, presidenciável pelo qual FHC vem dando sinais de preferência.

Serra terá também cerca de R\$ 2,6 bilhões em 2001 e 2002 para investir em saneamento básico em 2.318 municípios o Projeto Alvorada (proposta para atender cidades pequenas e com índice de desenvolvimento humano, o IDH, abaixo da média nacional).

PRINCIPAIS MEDIDAS

As prioridades do presidente Fernando Henrique Cardoso até o final de seu mandato apresentadas ontem pelo governo aos partidos da base aliada

CPMF

A Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira termina no meio deste ano. O governo afirma, porém, que precisará do dinheiro para garantir os investimentos. Assim, ou o Congresso prorroga o tributo, ou consegue R\$ 15 bilhões anuais de outra fonte.

ICMS

A diversidade de leis estaduais que tratam do tema foi o maior obstáculo, até agora, à reforma tributária, além de estimular a guerra fiscal entre governadores. O governo quer que as leis sobre o assunto sejam iguais.

PRIVATIZAÇÃO

O governo estabelece o primeiro trimestre de 2002 como data limite para a venda de Furnas. Admite-se, portanto,

que a privatização aconteça no início do mandato do próximo presidente da República.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Segundo o documento apresentado pelo governo, as medidas provisórias têm sido necessárias para garantir a governabilidade. Mas admite-se que é necessário rever as regras, de modo a impedir abusos.

BANCO CENTRAL

A idéia é a criação de mandatos fixos para o presidente e os diretores do Banco Central, que não poderão, assim, ser substituídos imediatamente pelo próximo presidente da República.

CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

O governo insiste na implantação da contribuição dos servidores inativos, algo que já foi reprovado quatro vezes no Congresso. Foi aprovado finalmente e o Supremo Tribunal Federal.

BOLSA-ESCOLA

Pretende-se tirar do trabalho infantil 860 mil crianças por meio de um programa nacional de bolsa-escola e do reforço na fiscalização do cumprimento de normas trabalhistas. Há, em 2001, R\$ 300,7 milhões para o programa. O plano quer manter estudando 10,7 milhões de crianças pelo programa.

OBRAS

Será garantido o dinheiro necessário, sem atraso, para 46 obras que o governo considera fundamentais, como o Rodoanel de São Paulo. As obras e os programas prioritários, como o bolsa-escola, foram pinçados dos 388 programas do Avança Brasil.

AGÊNCIA FINANCEIRA

A exemplo das agências responsáveis pelas áreas de infra-estrutura, o governo quer também criar uma agência para fiscalizar o mercado de capital, seguros e previdência complementar, reunindo atribuições de vários órgãos do governo.

REFORMA POLÍTICA

O governo defende o fim da possibilidade de coligações eleitorais que permitem a sobrevivência de pequenos partidos, e medidas que favoreçam a fidelidade partidária, dificultando, por exemplo, a troca de partido de um parlamentar depois de eleito.

SAÚDE

O Programa de Saúde da Família espera atender a 70 milhões de pessoas até 2002.

ECONOMIA

Pelo programa, o governo pretende que a economia brasileira cresça 4,5% ao ano até 2002.

AGRICULTURA

A safra agrícola tem que alcançar 90 milhões de toneladas em 2002. O financiamento para os pequenos produtores passaria de R\$ 4 bilhões.